

APPROPRIATE DATA:

Processos de Comunicação e Georreferenciamento no Contexto Urbano e a Inteligência da Informação Geográfica para a Gestão da Cidade Contemporânea ¹

Marcello Raimundo Chamusca Pimentel ²

Resumo

Investigar as potencialidades da comunicação georreferenciada promovida pelo cidadão-mídia, a partir do diálogo urbano entre mídias locativas³ e dispositivos móveis digitais⁴ no espaço da cidade e como esse contexto pode ser incorporado pela gestão da cidade contemporânea, é o que se pretende com esta pesquisa. Buscar-se-á entender como, por meio da inteligência da informação geográfica, se dá a formação de uma base informacional sobre a percepção da população sobre a cidade, para estabelecer como se apropriar desta base de informações estratégicas para a tomada de decisões mais acertadas para a população da cidade, instituindo o conceito de *Appropriate Data*⁵. Parte-se de constatações de pesquisas anteriores, realizadas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, em nível de mestrado e doutorado, sobretudo, as referentes à tese de doutoramento intitulada *Dar Voz e Ouvir o Cidadão: Participação Popular, Rastros Digitais e Gestão Cibernética da Cidade*. As análises iniciais foram realizadas através da construção de cenários teórico-conceituais, proporcionadas pela Teoria Ator-Rede, com a intenção de comprovar o potencial da inteligência da informação geográfica, possibilitada pelas informações deixadas como rastros digitais das ações de comunicação georreferenciadas para uma gestão competente da cidade contemporânea, por meio da captura, sistematização e tratamento semântico das informações para apropriação específica de tomada de decisões estratégicas para a cidade – *Appropriate Data*. Parte-se do pressuposto de que o contexto atual, em que o cidadão comum está empoderado com poder de mídia – cidadão-mídia – e possui como principal característica a necessidade de interação com o seu entorno, a gestão pública necessita de forma cada vez

¹ Trabalho apresentado no I Simpósio Internacional de Gestão da Comunicação, Cultura e Turismo (SINCULT 2017), realizado em Salvador, Bahia, Brasil, dias 30 de novembro, 1 e 2 de dezembro de 2017.

² Relações-públicas, especialista em Educação Superior e em Relações Públicas, mestre e doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

³ Segundo Lemos (2008, p. 1), mídia locativa é um conjunto de tecnologias e processos infocomunicacionais cujo conteúdo informacional vincula-se a um lugar específico. Locativo é uma categoria gramatical que exprime lugar, como “em”, “ao lado de”, indicando a localização final ou o momento de uma ação.

⁴ São os celulares, smartphones, tablets, google glass, dentre outras possibilidades.

⁵ Conceito próprio, inspirado no conceito de *Big Data*, que busca se diferenciar do mesmo, ao focar na apropriação dos dados disponíveis, para fins e propósitos específicos. Se baseia na mineração para se restringir ao máximo o significado dos dados encontrados e não na amplitude e magnitude dos dados disponíveis.

mais nítida qualificar as suas relações com esse cidadão, uma vez que o seu poder de intervenção informacional nos espaços públicos da cidade, de forma georreferenciada, bem como de difusão de ideias e conteúdos multimídia em diferentes escalas – que podem ir do local ao global – representam um potencial de grande significado, com dimensionamento negativo ou positivo, a depender do seu direcionamento. As informações produzidas pelos cidadãos podem servir para desqualificar a gestão pública, ou, caso haja instrumentos e direcionamento adequado, para contribuir para uma gestão competente da cidade, através da participação popular. As relações socioespaciais se estabelecem de modo simplificado entre meios e agentes sociotécnicos, em diversas escalas geográficas. O nível de autonomia do cidadão, nesse processo é alto, visto que ele passou a intervir no espaço público – sem a necessidade de passar pela gestão pública –, através de anotações urbanas, realizadas digitalmente, com possibilidade de serem georreferenciadas, mas que possuem rebatimentos diretos no substrato material, no espaço físico, uma vez que as anotações digitais, sobretudo as georreferenciadas, se referem ao espaço vivido e construído por esse mesmo cidadão. Se, de um lado, o cidadão passou a ter autonomia, para intervir no espaço público - reconfigurando-o e ressignificando-o, de modo personalizado -, ele também está sendo atingido na sua privacidade, pois toda e qualquer participação que faz, utilizando meios digitais, deixa rastros pela cidade e, por isso mesmo - como se trata de informações que representam os seus hábitos e costumes -, a sua apropriação, pela gestão pública, pode proporcionar uma profícua reinvenção política e social da cidade, na medida em que, ao coletar sentimentos e expressões de uma parte significativa dos agentes, com influência no espaço da cidade, pode-se formar um banco de dados - que represente um legado de inteligência coletiva -, jamais imaginado anteriormente, para a tomada de decisão por parte da gestão urbana. Se enfatiza não se tratar do uso do *Big Data* - pois esse é amplo, genérico e sem foco, se volta para a amplitude e magnitude dos dados -, mas de *Appropriate Data*, com dados específicos, dentro de um recorte também específico de interesse da gestão, capturados, analisados, sistematizados, e semanticamente trabalhados, para uso aplicado ao planejamento e gestão das cidades contemporâneas. A partir disso, inúmeros mapas podem ser gerados por geoprocessamento, através dos dados advindos desses rastros digitais, uma vez que, ao serem apropriados, esses rastros podem determinar padrões de comportamentos da sociedade, bem como possibilitar uma leitura muito rica das dinâmicas territoriais, no âmbito das cidades, praticamente em tempo real, permitindo se observar as transformações e os novos arranjos urbanos, que surgem no território, muitas vezes à revelia do Estado e da sua possibilidade de regulação e disciplina social do espaço. O conceito de *Appropriate Data* deve ser

adequadamente explorado não só enquanto objeto de reflexão e de teorização dos objetivos aqui propostos, mas também para entendimento do seu uso e aplicação prática na realidade e no contexto da gestão da cidade contemporânea, visto que se trata de um conceito que traz consigo uma série de possibilidades de explorações, tanto conceituais quanto empíricas, visto que a ideia central do conceito envolve a apropriação de rastros digitais devidamente contextualizados, analisados e semanticamente trabalhados para fundamentar decisões, em um contexto de governança. Se antes, as bases para o planejamento e gestão urbana excluía, na maioria das situações, o olhar do cidadão comum, hoje, com a ampliação das possibilidades reais de intervenção, de registro de trajetórias desse cidadão no contexto e na dinâmica das cidades, são exigidos mais cuidados e domínios de saberes específicos para a consecução de ações mais efetivas, revelando a necessidade premente de se considerar essas expressões comuns como coadjuvantes do planejamento e gestão urbanas. É preciso sensibilizar os gestores públicos que, graças ao advento das tecnologias informacionais digitais, os cidadãos comuns podem, com ou sem a mediação do Estado, fornecer informações de um local específico, delineando novas formas e criando novas funções para os equipamentos públicos existentes no espaço urbano. Na prática, isso quer dizer que os gestores precisam se dar conta de que os espaços públicos necessitam de adaptações às novas demandas sociais, estabelecidas pela relação cidade-cidadão, que as tecnologias informacionais digitais têm potencializado. Levar em conta as sugestões populares, na tomada de decisões estratégicas, e implementá-las, com base em estudos técnicos, não pode ser uma opção. Uma gestão urbana competente terá que necessariamente fazer conviver harmoniosamente a função reguladora do Estado e as características libertárias das mídias pós-massivas, ainda que se entenda que estas podem se contrapor a tudo, ao permitir o fenômeno dos usos desviantes dos canais de participação, bem como que haja dissonância entre o que a gestão prescreve e o que o cidadão efetivamente se apropria. O desafio é buscar uma forma de fazer com que as contraposições, mesmo exacerbadas, sejam ressignificadas. A cidade contemporânea não pode deixar de ser administrada e pensada progressiva e estrategicamente pelo poder público, se não for pelas potencialidades que essas mídias trazem para os seus gestores, pelo “empoderamento” que proporciona aos cidadãos comuns.